

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DISSERTAÇÕES E TESES DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Heloisa Salles Gentil, Nadir Gonçalves dos Santos***

RESUMO

Com o propósito de identificar concepções de democratização, acesso e permanência na educação superior manifestas nas pesquisas publicadas e apresentadas em programas de pós-graduação, foram analisadas teses e dissertações produzidas por docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e disponibilizadas na biblioteca central, tendo em vista que podem indicar problemáticas e/ou concepções que estejam em pauta na universidade em foco. Este trabalho se fundamenta em estudiosos como Osvaldo Dias Sobrinho, Maria das Graças Martins da Silva, Tereza Christina Aguiar Veloso, entre outros. Detectou-se a presença de ações dessa instituição em favor da democratização do acesso à educação superior, predominando, porém, uma concepção de acesso que não inclui a permanência do aluno. Sobre esse assunto, saliente-se, há poucas discussões específicas. Há indícios da necessidade de se levar em conta a relação entre democratização do acesso e democratização do conhecimento na perspectiva de repensar conhecimentos e saberes veiculados, estudados, reconhecidos ou não neste nível de ensino.

Palavras-chave: Democratização. Acesso. Permanência. UNEMAT.

DEMOCRATIZATION OF HIGHER EDUCATION IN TEACHERS DISSERTATIONS AND THESES OF THE STATE UNIVERSITY OF MATO GROSSO

ABSTRACT

We have the purpose of identify democratization access and permanence conceptions in higher education that have been manifested, published and presented in graduate

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Endereço: rua da Maravilha, 1031, bairro Cavalhada, Cáceres (MT). E-mail: logentil2@gmail.com

** Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade de Educação de Tangará da Serra (UNISERA). Professora efetiva da rede estadual de educação de Mato Grosso na Escola Estadual Prof.ª Ana Maria das Graças de Souza Noronha. Bolsista da Educação Básica/Universitas/OBEDUC. Endereço: rua Itapuã, quadra 6, lote 4, bairro Vila Nova, Cáceres (MT). E-mail: nadirzinha1@gmail.com.

programs researchs. So we have analyzed theses and dissertations produced by teachers of the State University of Mato Grosso (UNEMAT), wich were available at the central library, considering that they may indicate problems and/or concepts that are on the university agenda. This work is based on scholars in the area as Osvaldo Dias Sobrinho, Maria das Graças Martins da Silva, Tereza Christina Aguiar Veloso, among others. We detected the presence of democratization actions of access in higher education, which does not include the permanence, and there are few specific discussions. There are evidences that is necessary to consider the relationship between democratization of access and the democratization of knowledge, in the perspective of knowledge and popular knowledge disseminated, studied, recognised or not at the higher education.

Keywords: Democratization. Access. Permanence. UNEMAT.

DEMOCRATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LAS DISERTACIONES Y TESIS DE LOS MAESTROS DE LA UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE MATO GROSSO

RESUMEN

Con el propósito de identificar los conceptos de democratización, acceso y permanencia en la educación superior manifiestos en las investigaciones académicas publicadas y presentadas en programas de postgrado, fueron analizadas tesis y disertaciones producidas por maestros de la Universidad del Estado de Mato Grosso (UNEMAT), disponibles en la biblioteca central, considerando que pueden indicar problemas o conceptos que están en la agenda de la Universidad en estudio. Este trabajo se basa en autores como Osvaldo Dias Sobrinho, Maria das Graças Martins da Silva, Tereza Christina Aguiar Veloso, entre otros. A lo largo de esta investigación se logró detectar la presencia de acciones de la IES hacia la democratización del acceso a la educación superior, predominando una concepción de acceso que no incluye la permanencia, tema sobre el cual hay pocas discusiones específicas. Hay evidencias de la necesidad de que se establezca la relación entre democratización del acceso y la democratización del conocimiento, en la perspectiva de repensar los conocimientos y los saberes vehiculados, estudiados, reconocidos o no en este nivel educativo.

Palabras clave: Democratización. Acceso. Permanencia. UNEMAT.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo¹ tem por objetivo identificar, a partir de pesquisas de pós-graduação realizadas por professores do quadro efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), concepções de democratização, acesso e perma-

¹ A análise apresentada é parte dos resultados do trabalho de um grupo de pesquisa financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

nência na educação superior manifestas em teses e dissertações. Parte-se da ideia de que os temas de pesquisa dos professores em cursos de pós-graduação podem indicar concepções, problemas ou discussões presentes e prementes em suas instituições. O resultado desta investigação pode apresentar o registro de ações e oferecer indicadores do posicionamento da universidade em relação aos processos de democratização da educação superior.

Os procedimentos adotados foram os seguintes: a busca de teses e dissertações na biblioteca central e no *site* da universidade² em cujos títulos e resumos se encontrassem os descritores *democratização*, *acesso* e *permanência*; a leitura desses resumos e a busca da definição desses termos nos próprios textos.

Assim, após a leitura dos resumos, buscamos identificar, no corpo do texto, discussões que se relacionassem aos descritores, visando detectar concepções de democratização, acesso e permanência presentes nos trabalhos. Nosso objetivo maior foi identificar, por meio dos estudos daqueles que se dedicam a discutir esses temas, ou temas aproximados, as concepções supracitadas e que se fazem presentes nessas investigações, cientes de que não representam toda a UNEMAT, mas dela fazem parte e ganham uma dimensão maior à medida que, por meio do trabalho de pós-graduação, são expressas publicamente.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO: A UNEMAT EM FOCO

A discussão sobre a educação superior face ao processo de democratização do Brasil tem se estendido pelos últimos trinta anos. Provavelmente, questões sobre expansão, democratização, acesso e permanência ainda estarão em pauta por muito tempo, tendo em vista o cenário contemporâneo em escala nacional e mundial. Esses elementos são indicadores de questões não resolvidas. Ainda que se possa verificar o grande crescimento das matrículas no ensino superior brasileiro nos últimos anos, são muitos os temas pendentes. Segundo Neves (2012, p. 2), em trabalho apresentado no *Latin American Studies Association (LASA/2012)*, “No começo dos anos noventa do século passado, somavam-se 1.540.080 estudantes matriculados no ensino superior no Brasil. Esse número saltou para 2.694.245 de estudantes em 2000 e para 6.379.299 em 2011”. Entretanto, como afirma a autora, os desafios em relação à democratização do acesso e à diferenciação da oferta, a fim de contemplar as várias demandas e garantir a qualidade, permanecem candentes.

A participação das universidades públicas estaduais no processo de expansão e democratização da educação superior no Brasil é tema ainda pouco estudado e tem sido alvo de pesquisas recentes, tais como aquelas em desenvolvimento pela rede que compõe o Observatório da Educação (OBEDUC) em seu projeto de pesquisa “Políticas da expansão da educação superior no Brasil”, especialmente por meio do Subprojeto 5 “Políticas de expansão da educação superior e suas implicações para o acesso e a permanência de estudantes”, cujo objetivo é o seguinte:

² Há a possibilidade de alguma tese ou dissertação não estar disponível na biblioteca ou no *site* da universidade no período da busca, ou não conter esses descritores em seus títulos ou resumos, o que implicaria um universo de análise menor que o real; no entanto, a nosso ver, isso não tira o valor do resultado da pesquisa.

Analisar programas de expansão da educação superior (Prouni, Reuni e propostas de ação afirmativa) e suas implicações para o acesso e a permanência de estudantes, buscando verificar alterações no seu perfil socioeconômico e compreender a mediação/contradição entre políticas sociais focalizadas e políticas universais. (MANCEBO, 2012, p. 7).

Concordamos com Carvalho e Marques (2014, p. 13) quando afirmam que “Na região Centro-Oeste as UE possuem relevante participação na oferta de educação superior pública, também com significativa atuação no processo de interiorização”. Ainda que as instituições estaduais estejam vinculadas a sistemas próprios de cada estado, elas fazem parte do “movimento” nacional pela democratização, inclusive disputando recursos federais para bolsas, pesquisas, programas, entre outros. Nos últimos anos, essas universidades vêm discutindo, propondo e implementando diversas políticas sob a égide da democratização do acesso ao ensino superior.

Reiteramos a opinião de Schwartzman (2007, p. 6 *apud* NEVES, 2012, p. 12), quando afirma que

[...] as profundas diferenças sociais que existem no Brasil justificam a adoção de políticas de inclusão social que estimulem o interesse e o acesso ao ensino superior de pessoas, grupos, setores sociais e habitantes de regiões, aonde o ensino superior é menos acessível.

É nessa perspectiva que compreendemos a UNEMAT, uma universidade estadual, localizada na região Centro-Oeste, no interior do estado de Mato Grosso e que tem tido importante papel na oferta da educação superior, pautando-se na concepção de educação como um bem público.

A UNEMAT tem uma história fundamentada em princípios de democratização. Autores como Rieder (2011), Medeiros (2008), Souza (2009), entre outros, descrevem a história de uma universidade “do interior para o interior”, que objetivou, desde seu início, atender à população com menor chance de acesso à educação superior. Ao apresentar o histórico da UNEMAT, Medeiros (2008, p. 48) destaca a importância da instituição em relação ao estado de Mato Grosso:

O papel da UNEMAT, no que diz respeito à educação superior em Mato Grosso, é fundamental tendo em vista ser a universidade pública pela qual podem se concretizar políticas de formação e, ao mesmo tempo, ser a instituição que pode estabelecer laços mais próximos com as comunidades locais nas quais se insere.

Analisando a trajetória da universidade e seu papel em relação à democratização da educação superior na perspectiva da inclusão social, Medeiros (2008) afirma que, a fim de promover a universalização, a UNEMAT procurou ofertar cursos em diversos formatos e modalidades, em período diurno e noturno, com o intuito de colaborar com a formação e a qualificação dos professores atuantes no estado e dos cidadãos do interior – quer fossem relacionados aos movimentos sociais, vinculados à questão da terra, a questões indígenas, quer fossem outros sujeitos.

Ao observar os dados publicados no Anuário Estatístico 2012 da UNEMAT, pode-se confirmar a importância dessa instituição no que diz respeito à oferta de educação superior no estado.

A Universidade encontra-se instalada em 11 *campi*, 8 núcleos pedagógicos e 6 polos de ensino a distância. Atualmente, oferta 69 cursos de graduação, sendo 44 regulares e os demais em modalidades diferenciadas. Iniciativas inovadoras possibilitam que a UNEMAT atenda a um total de 13.761 acadêmicos na graduação e 233 na pós-graduação *stricto sensu*, presentes em 117 dos 141 municípios mato-grossenses. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2012, p. 3).

Os números indicam um perfil global da instituição, mas, a nosso ver, são as ações desenvolvidas e os grupos sociais atendidos que podem indicar, com maior precisão, o envolvimento e a participação da universidade neste processo nacional de democratização, o que pretendemos evidenciar com a análise apresentada a seguir.

3 ANALISANDO DADOS: DEMOCRATIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA EM DISSERTAÇÕES E TESES DE DOCENTES DA UNEMAT

Após levantamento e seleção de teses e dissertações produzidas por mestres e doutores da UNEMAT em seus processos de pós-graduação, disponíveis na biblioteca central e/ou no *site* da universidade, em 2014, cujas temáticas estivessem relacionadas aos descritores *democratização*, *acesso*, *permanência* que definimos para esta pesquisa de caráter bibliográfico, em um primeiro momento, identificamos seis trabalhos pertinentes, sendo quatro teses e duas dissertações. Os poucos trabalhos encontrados que se encaixaram nos critérios foram produzidos entre os anos de 2009 e 2013, o que pode ser atribuído à atualidade do tema, ao recente período de expansão das universidades brasileiras e ao também recente processo de qualificação do quadro docente da UNEMAT, entre outros motivos.

A seguir, apresentamos a sistematização do que foi encontrado:

Quadro 1 – Teses e dissertações produzidas por docentes da UNEMAT relacionadas à democratização

Título/autor	Ano	IES	Dissertação /tese	Termos encontrados no texto
<i>Meu caminho para a profissão foi as Parceladas quem me deu: a construção da identidade profissional do professor de Matemática no Projeto de Licenciaturas Parceladas - Josimar de Souza.</i>	2009	PUC-SP	Tese	Acesso
Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo - Laudemir Luiz Zart.	2012	UNICAMP	Tese	Democracia Democratização Acesso Permanência
Cotas para negros em universidades públicas no Brasil: sentidos das políticas contemporâneas de ação afirmativa - Paulo Alberto dos Santos Vieira.	2012	UFSCAR	Tese	Democratização Acesso Permanência
Ecologia de saberes? Um estudo da experiência de interação da universidade com o movimento indígena - Iraci Aguiar Medeiros.	2013	UNICAMP	Tese	Democratização Acesso Permanência

continuação Quadro 1

Título/autor	Ano	IES	Dissertação /tese	Termos encontrados no texto
Efeitos de sentido dos discursos do/sobre os modos de instituição do sujeito cotista da UNEMAT - Adelita Balbinot.	2012	UNEMAT	Dissertação	Acesso
Políticas de democratização da educação superior: análise do Programa de Integração e de Inclusão Étnico-racial da UNEMAT - PIIER/UNEMAT (2005/2 a 2011/1) - Valci Aparecida Pereira Barbosa.	2013	UNEMAT	Dissertação	Democratização Acesso Permanência Ações

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Destacamos, mais uma vez, o fato de que só foram selecionados para esta análise trabalhos em cujos títulos ou resumos fossem encontrados os descritores relacionados à temática desta pesquisa. Ao analisar os textos na íntegra, verificamos que, apesar de todos citarem ou tangenciarem, de alguma forma, a questão do acesso à universidade, posto que tiveram como objeto de pesquisa cursos elaborados e ofertados para segmentos específicos da população ou vinculados à política de ação afirmativa, cada um apresentava e se aprofundava em uma discussão diferente. Não são exatamente pesquisas que podem se enquadrar no campo de estudos da política de educação superior, mas, de algum modo, apresentam pontos de convergência com essa área.

Três, das quatro teses selecionadas, referem-se ao que, na UNEMAT, foi denominado curso em modalidade diferenciada. Este tipo de curso promove a educação superior, sua proposta curricular é diferenciada, e sua oferta se faz por turmas únicas, com definição própria de tempos, espaços e metodologias, atendendo a demandas específicas. Os trabalhos em foco se referem às Licenciaturas Plenas Parceladas (PLPP), ao Curso de Agronomia para Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC) e ao Terceiro Grau Indígena (ou Faculdade Indígena - denominação atual). O quarto trabalho refere-se a ações afirmativas, em especial ao sistema de cotas para negros no Brasil.

Uma das teses, a de Souza (2009), apesar de reconhecer que o modelo de curso de formação ofertado pela UNEMAT, cenário de seu estudo, favorece o *acesso* de pessoas do interior do estado à educação superior, não apresenta discussão alguma sobre políticas nesta área ou mesmo uma definição do que seria este acesso. Pode-se deduzir do texto que a ideia de acesso está vinculada à ideia de *ingresso*. O autor afirma o seguinte sobre a região estudada: “O acesso à Universidade era quase impossível e a rede de escola pública era precária. Até mesmo a formação em nível médio enfrentava muitas dificuldades” (SOUZA, 2009, p. 233).

A tese de Zart (2012), que trata do Curso Agronomia para Movimentos Sociais do Campo, apresenta o conceito de *democratização* vinculado à concepção de luta de classes, pautando-se em Oliveira (1999, p. 60 *apud* ZART, 2012, p. 95): “Para a consecução de políticas alternativas as classes sociais dominadas é que realizam todo esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política”. A ideia de que as ações de democratização das instituições de ensino superior (IES) são o resultado de uma movimentação de grupos ou classes está presente também na tese de Vieira (2012).

No corpo do texto, para maior explicitação, Zart (2012) qualifica *democratização* adicionando-lhe complementos a cada discussão apresentada - democratização da produção do conhecimento, democratização dos saberes, democratização da ciência, democratização dos espaços cognitivos, democratização das relações sociais, democratização do Estado -, dando ênfase, porém, à democratização cognitiva.

Avalio que a universidade conseguiu pensar, elaborar e executar projetos especiais, orientada pelo princípio da inclusão, transformação social, *da democratização cognitiva*, do espírito da ciência e da universidade que atenda às demandas de grupos sociais populares. (ZART, 2012, p. 130, grifo nosso).

A conclusão é que no CAMOSC a universidade aprende com o povo, com os movimentos, e os movimentos aprendem com a universidade, representando a conquista da classe trabalhadora por educação adequada às suas necessidades. O CAMOSC se constituiu neste sentido mais que um curso de bacharelado. Tornou-se a expressão de uma opção, uma conquista, um direito. Foi o desenho institucional que configurou as estruturas e as relações capazes de unir o campo e a universidade na produção social do conhecimento pertinente ao desenvolvimento do campo. É a conquista do direito de estudar, *de um processo de democratização cognitiva*, conforme afirma Morin (2001). (ZART, 2012, p. 156, grifo nosso).

O conceito de *democracia* é explicitado da seguinte maneira: “A democracia popular significa a superação da democracia liberal, no sentido que a incorpora e avança para a proposição de relações sociais e políticas embasadas nas relações de igualdade substantiva, para além da igualdade formal” (ZART, 2012, p. 81).

A discussão a respeito do *acesso à educação superior* é feita quando trata do acesso ao conhecimento científico, que sempre foi negado à classe dominada, e está presente na ideia da criação de uma cultura da solidariedade: “[...] processos de democratização tanto econômicos quanto epistemológicos que configuram a cultura da solidariedade” (ZART, 2012, p. 326-327). No decorrer do trabalho, Zart (2012, p. 116, grifo nosso) cita um princípio do PRONERA: “[...] *acesso à educação* como direito social fundamental na construção da cidadania dos jovens e adultos que vivem na Reforma Agrária e o acesso à educação escolarizada como um valor para o camponês”. No entanto, não há uma discussão específica a respeito das políticas de acesso ou uma preocupação explícita no que se refere à definição do conceito. Quanto ao termo permanência, só aparece quando o autor trata da permanência na terra.

A tese de Medeiros (2013), logo na introdução, apresenta a concepção de democratização do acesso à educação superior como princípio no qual vêm se pautando as ações da UNEMAT:

Nos cursos implantados nas universidades, em articulação com os movimentos sociais, a discussão da democratização do acesso vai além da inclusão de pessoas pertencentes a grupos sociais menos favorecidos e da polarização em torno de políticas universais *versus* políticas afirmativas. Trata-se da possibilidade não só da inclusão

de saberes não legitimados, como também da interação entre vários tipos de conhecimento, que pode fertilizar o processo de produção de conhecimento no interior da universidade. (MEDEIROS, 2013, p. 5-6).

Medeiros (2013) afirma que, no processo de democratização do país, a universidade vem atendendo as demandas dos setores que começam a ganhar espaço nas políticas públicas, sendo essa a compreensão de democratização a partir do reconhecimento dos direitos.

Fortalecidos pela ampla mobilização da sociedade durante o processo de redemocratização do país, diversos movimentos sociais que se articulam com base em demandas referentes à ampliação de direitos que garantam a reprodução social da vida, entre os quais o movimento indígena, passaram a reivindicar, junto ao poder público, a participação em processos decisórios de planejamento e de formulação de políticas públicas para a ampliação de direitos. (MEDEIROS, 2013, p. 22).

Ao explicitar que a democratização do acesso vai além da inclusão de setores sociais menos favorecidos, Medeiros (2013) apresenta o ingresso no ensino superior como possibilidade de acesso ao conhecimento dito universal e à valorização e sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais. Neste sentido, aproxima-se da concepção de democratização cognitiva apresentada por Zart (2012).

Ademais, Medeiros (2013, p. 222) salienta que

Uma inovação que rompe com os modelos tradicionais de oferecimento de cursos de graduação e aponta para a possibilidade de articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional indígena, ou seja, a “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2004, p. 76-78), contribuindo para novas formas de construção do conhecimento científico e para a fertilização da relação entre a universidade e a sociedade, objeto de discussão no capítulo seguinte desse trabalho.

A autora faz um histórico dos diversos movimentos em nível nacional, suas reuniões, reivindicações e proposições políticas, citando o acesso ao ensino superior no sentido de “vagas” para estudantes até então desfavorecidos (MEDEIROS, 2013, p. 150). No entanto, ao apresentar algumas considerações, afirma que

[...] não é suficiente garantir o acesso dos povos indígenas à universidade, mas é mais relevante debater o modelo de universidade que se pratica no País. É necessário ter como pano de fundo o caráter pluriétnico do Estado brasileiro. O acesso ao ensino universitário não deve ser a única prioridade na discussão sobre o ensino superior indígena *porque é necessário criar instrumentos que garantam a permanência e o sucesso dos indígenas no ensino superior.* (MEDEIROS, 2013, p.170, grifo nosso).

Ressalta ainda questões específicas, relacionadas à cultura indígena:

Não basta criar condições de acesso à universidade, mas é necessário reconhecer que esses cursistas trazem formas próprias de conhecimentos que são distintas do conhecimento científico, o que, conseqüente-

mente, traz implicações para o processo de ensino e aprendizagem. (MEDEIROS, 2013, p. 240).

Não se encontra uma definição explícita do que seja acesso ou permanência no trabalho de Medeiros (2013), mas pode-se inferir que a autora compreende a relação entre esses dois termos, quando afirma que “O acesso ao ensino universitário não deve ser a única prioridade na discussão sobre o ensino superior indígena porque é necessário criar instrumentos que garantam a permanência e o sucesso dos indígenas no ensino superior” (MEDEIROS, 2013, p. 170).

Assim, acesso à educação superior seria ação relativa ao ingresso dos estudantes indígenas, mas indicaria outra questão a ser tratada - a permanência -, situação em que se destaca a discussão sobre a relação entre saberes científicos e culturais ou populares, também discutida na tese de Zart (2012).

A tese de Vieira (2012) trata das cotas étnico-raciais em universidades públicas, enquanto política de ação afirmativa. A discussão de democratização apresentada pelo autor não se restringe ao acesso ao ensino superior, ela possui um caráter histórico. Aborda a democratização da sociedade brasileira e a questão das ações afirmativas das cotas como parte e expressão desse processo. Aproxima-se dos autores já citados quando, ao falar da relação entre democratização e políticas afirmativas, trata-as no campo dos direitos sociais:

Portanto, o processo de redemocratização, que avança na conquista e consolidação de direitos, deve, antes de tudo, indagar quais e quem são os que se capacitam na teia social a esse exercício, isto é, quais e quem são os destinatários dos direitos que tendem a se expandir. (VIEIRA, 2012, p. 206).

As preocupações de Vieira (2012) aproximam-se de uma das questões fundamentais presentes na agenda de pesquisas no campo da educação superior no Brasil e que Barbosa (2015) discute ao tratar da expansão do acesso à educação superior, nos últimos quinze anos, por grupos anteriormente excluídos: “[...] em que medida esse acesso mais ampliado pode ser visto como um fortalecimento da igualdade de oportunidades educacionais?” (BARBOSA, 2015, p. 263). Segundo a mesma autora,

Como já mostravam os trabalhos de Almeida (2007, 2009), o ambiente universitário é visto como uma mistura de felicidade e estranhamento: o espaço institucional pode ser difícil, estranho e até mesmo hostil. As dificuldades encontradas para se informar sobre a vida universitária vão desde a falta de indicações e informações claras sobre a localização física dos prédios - com nossos *campi* sendo desenhados para serem lidos e vividos por aqueles que “naturalmente” aprenderam a lógica dos locais - até a ausência de conhecimento das regras do jogo burocrático (como ter acesso ao alojamento estudantil ou às bolsas para cotistas) ou acadêmico (como fazer trabalhos aceitáveis para os professores, como dialogar com os colegas, como se comportar nos ambientes coletivos). (BARBOSA, 2015, p. 263-264).

Outro aspecto presente na tese de Vieira (2012), também abordado por Zart (2012) e Medeiros (2013), diz respeito ao fato de que o acesso à educação superior de grupos anteriormente excluídos implica pensar sobre a produção do saber.

Em síntese, e contrariamente aos que criticam as cotas raciais, esta modalidade da política de ação afirmativa ao assegurar a realização do princípio material da igualdade e a democratização do acesso à educação pública de nível superior *põe em xeque os espaços de produção de saber e as instâncias do poder*, concomitantemente. (VIEIRA, 2012, p. 30-31, grifo nosso).

Entre as duas *dissertações* selecionadas, apenas em uma foi possível identificar concepções explícitas sobre os descritores que buscávamos, visto que a outra, apesar de conter referências à temática, tratava de área de conhecimento teórico específica, não se fazendo presente a discussão conceitual.

Este é o caso de Balbinot (2012) que, apesar de fazer referência ao sujeito cotista desde o título, não apresenta discussão sobre os descritores por nós pesquisados; trata-se de uma dissertação voltada para a análise do discurso, na área da linguística. Não há, na referida dissertação, a definição desses termos nem a análise da política de cotas ou do processo de democratização. A autora afirma ter como objetivo “[...] a compreensão de como se institui a posição-sujeito-cotista” (BALBINOT, 2012, p. 18). Ainda assim, é possível deduzir que o termo acesso é compreendido como ingresso, visto que, nas exposições feitas ao longo do texto, usa o termo “acesso” e também “entrada”, sem diferenciá-los, como se pode observar quando afirma: “Essas posições trazem, de um lado, a que defende o mérito como forma de *acesso à universidade* [...]” (BALBINOT, 2012, p. 5, grifo nosso). Ou quando diz: “[...] há toda uma sistematização legal que defende *a entrada do negro na universidade*” (BALBINOT, 2012, p. 7, grifo nosso).

Na segunda dissertação selecionada, Barbosa (2013) apresenta intencionalmente referenciais para a definição de democratização e de acesso. Para definir democracia e democratização, a autora se pauta em Ristoff (2008), Coutinho (2008), Santos (2010), Silva e Nogueira (2011), reiterando que “[...] massificar não significa quantificar, mas sim propor um ensino de qualidade para os acadêmicos” (BARBOSA, 2013, p. 40) e afirmando que a democratização do acesso

[...] a uma educação de qualidade deve constituir-se em ações efetivas do Estado por meio da adoção de políticas específicas que possibilitem *não somente o ingresso (ou acesso), mas a permanência* do trabalhador, do egresso de escola pública, do indígena, do negro, enfim, de um estrato específico da população que, em dado momento, necessita ser tratado de forma diferenciada, dadas as desigualdades históricas a que foram acometidos. (BARBOSA, 2013, p. 40-41, grifo nosso).

A autora insiste na relação intrínseca existente entre acesso e permanência e, concordando com Silva e Veloso (2013), afirma que

[...] a democratização da educação superior é um processo dinâmico que requer a adoção de ações que garantam, para além da expansão do sistema educacional e da ampliação do número de matrículas, a equidade, a igualdade de oportunidades e a qualidade da educação, combinadas com *políticas que facilitem o acesso e que garantam a permanência* dos estudantes nas IES. (BARBOSA, 2013, p. 41, grifo nosso).

A compreensão de acesso se fundamenta também no que afirma Dias Sobrinho (2011, p. 122):

[...] é também necessário esclarecer que a democratização da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso, criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência, isto é, as condições adequadas para realizarem os seus estudos.

Identificamos uma aproximação de Barbosa (2011) com as ideias de Zart (2012), Medeiros (2013) e Vieira (2012) quando afirmam a democratização do acesso à educação superior como um direito social, cuja responsabilidade cabe ao Estado por meio de políticas públicas. Diz Barbosa (2013, p. 40) que

[...] a democratização do acesso ao “seleto mundo da produção do conhecimento de ponta” (SILVA; NOGUEIRA, 2011, p. 16), a uma educação de qualidade, deve constituir-se em ações efetivas do Estado por meio da adoção de políticas específicas que possibilitem não somente o ingresso (ou acesso), mas a permanência do trabalhador, do egresso de escola pública, do indígena, do negro, enfim, de um estrato específico da população que, em dado momento, necessita ser tratado de forma diferenciada, dadas as desigualdades históricas a que foram acometidos.

Como se pode observar, a autora não se atém a expor um conceito de permanência, mas, após análises, chega à conclusão de que, em políticas de acesso, devem estar incluídas proposições relativas à permanência, concordando assim com os autores que embasam sua dissertação, argumentando ainda que não faz sentido falar de acesso sem falar de permanência, quando se parte do princípio de democratização como processo substancial de consolidação de direitos sociais – neste caso, especificamente, em relação à educação superior.

Cabe ressaltar que há de se discutir também fatores econômicos, ou seja, o financiamento de políticas de permanência, ainda que este aporte não tenha sido tratado especificamente nas teses e dissertações analisadas, pois, como afirma Barbosa (2015, p. 266),

A efetividade das políticas de acesso pode ser avaliada pelas suas consequências em termos de garantia da permanência de todos os estudantes até a conclusão dos cursos escolhidos. Ainda que existam fortes indicações de que os fatores culturais sejam mais relevantes para definir o acesso e a permanência no ensino superior, não há dúvidas sobre o impacto do fator econômico.

Silva e Veloso (2013, p. 730) apresentam e defendem uma concepção ampla de acesso, justificando que: “[...] adotar o ingresso, a permanência e a qualidade na formação alarga e aprofunda a definição do acesso, contrapondo-se a uma visão fragmentada e imediatista”. Esta tem sido a posição defendida por pesquisadores da rede *Universitas* que se dedicam ao estudo do tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode depreender deste trabalho são apenas indícios de que o tema democratização do acesso ao ensino superior ainda é recente como objeto de es-

tudo de professores e pesquisadores da UNEMAT. Os trabalhos selecionados, desde a definição de seus objetos de pesquisa (cursos para segmentos específicos da população e políticas de ação afirmativa), demonstram que há um processo de democratização em desenvolvimento e indicam interesse dos pesquisadores.³ Os temas pesquisados, registrados nas dissertações e teses analisadas, estão vinculados a um programa específico de formação de professores em exercício, um curso específico de formação de agrônomos dos movimentos sociais, cursos de formação de professores indígenas, ações afirmativas em um programa de cotas para negros. Ou seja, todos versam sobre projetos, programas ou ações da universidade que fazem parte dos processos de democratização do acesso à educação superior, ainda que as questões de pesquisa sejam delineadas sobre aspectos diversos dentro deste mesmo processo. São projetos e programas (PLPP, CAMOSC, PIIER, “3.º grau indígena”) criados pela instituição para o atendimento de demandas sociais específicas, ou seja, evidenciam que a UNEMAT vem realizando efetivamente ações voltadas à democratização do acesso à educação superior.

No que diz respeito às concepções de democratização, acesso e permanência, não há uma visão única. Existe uma aproximação entre alguns autores - Zart (2012), Medeiros (2013), Vieira (2012), Barbosa (2013) - em relação à responsabilidade da universidade de atender às demandas, visto que é uma universidade pública e, portanto, deveria ser democrática e fazer valer o princípio da educação como um direito social. No entanto, nos outros trabalhos analisados, o processo de democratização aparece como se fosse um pano de fundo, uma questão que já está dada. Nesse sentido, concordamos com Barbosa (2015, p. 275), quando afirma que a expansão do acesso à educação superior “[...] não indica necessariamente uma democratização. Mesmo quando se verifica que alguns grupos antes excluídos claramente se beneficiaram dessa expansão”. É preciso mais que isso para provocar mudanças que sejam realmente manifestações de democratização da educação. São necessárias mais pesquisas sobre políticas e ações que demonstrem os processos de democratização em andamento.

A discussão sobre permanência, quer como uma política específica, quer como parte integrante da política de acesso, está presente explicitamente em um dos trabalhos, o de Barbosa (2013), e aparece como um alerta sobre a necessidade de cuidados no de Medeiros (2013). Em mais de um dos trabalhos analisados, o acesso se confunde com o ingresso, não sendo abordadas as condições reais dos que ingressam para permanecer, concluir ou fazer os cursos com qualidade.

Queremos dar ênfase a um aspecto interessante e pouco discutido em artigos acadêmicos e que foi evidenciado por meio deste trabalho: a necessidade de se levar em consideração a relação entre a democratização do acesso à educação superior - ainda que consideremos a perspectiva de ingresso e permanência conjuntamente - e a questão dos conhecimentos e saberes veiculados, estudados, reconhecidos ou não neste nível de ensino. Consideramos que esta discussão precisa ser colocada na agenda de pesquisa sobre educação superior e que pode ser constituinte do aspecto denominado qualidade nas discussões apresentadas até o momento.

³ Uma pesquisa utilizando os nomes desses projetos e programas como descritores poderia encontrar outros tipos de trabalhos (artigos, comunicações, pôster) indicativos de ações de democratização da universidade que não foram analisados neste artigo.

REFERÊNCIAS

- BALBINOT, Adelita. *Efeitos de sentido dos discursos do/sobre os modos de instituição do sujeito cotista da UNEMAT*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2012. Disponível em: <portal.unemat.br/media/oldfiles/linguistica/docs/2010/Adelita_dissertacao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Destinos, escolhas e a democratização do ensino superior. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 256-282, set./dez. 2015.
- BARBOSA, Valci Aparecida Pereira. *Políticas de democratização da educação superior: análise do programa de integração e de inclusão étnico-racial da UNEMAT - PIIER/UNEMAT (2005/2 a 2011/1)*. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2013. Disponível em:< www.unemat.br/prppg/educacao/docs/dissertacao/2013/valci_aparecida_barbosa.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- CARVALHO, Renata Ramos da Silva; MARQUES, Juliana Duarte. A expansão da educação superior no centro-oeste brasileiro via universidades estaduais: contextos e cenários. *In: JORNADA EM PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO DA UNUCSEH*, 1., 2014, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2014. Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/jppext/article/view/2916>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia: um conceito em disputa*. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/699-democracia-um-conceito-em-disputa%3E>>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: democratização, acesso e permanência com qualidade. *In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; LAMARRA, Norberto Fernández (Org.). Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina*. São Paulo: Ideias & Letras, 2011. p. 121-152.
- MANCEBO, Deise. *Observatório da educação*. Políticas da expansão da educação superior no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/projetoobservatoriodaeducacao.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.
- MEDEIROS, Iraci Aguiar. *Ecologia de saberes? Um estudo da experiência de interação da universidade com o movimento indígena*. 2013. 291 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br > Bases Disponíveis](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/BasesDisponiveis)>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- MEDEIROS, Iraci Aguiar. *Inclusão social na universidade: experiências na UNEMAT*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.reposip.unicamp.br/xmlui/handle/REPOSIP/36935>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS*

(LASA), 2012, São Francisco, CA. *Anais...* São Francisco, CA, 2012. p. 23-24. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

RIEDER, Arno. A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso. *Gestão Universitária da América Latina*, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 228-247, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2011v4n3p228>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

RISTOFF, Dilvo. Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.). *Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 39-50. v. 2.

SANTOIS, Ana Cláudia Cardoso. A universalização da educação superior: direito de todos. 2010. *Webartigos*, São Paulo, p. 1-7, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-universalizacao-do-ensino-superior-direito-de-todos/50295/>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

SILVA, Maria das Graças Martins da; NOGUEIRA, Patrícia Simone. Expansão na educação superior e a política de democratização: avanços e contradições. In: SILVA, Maria das Graças Martins da (Org.). *Políticas educacionais: faces e interfaces da democratização*. Cuiabá: UFMT, 2011. p. 13-38.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. *Avaliação*, Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 1-12, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SOUZA, Josimar de. *Meu caminho para a profissão foi as parceladas quem me deu: a construção da identidade profissional do professor de matemática no projeto de licenciaturas parceladas*. 2009. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Anuário da UNEMAT 2012: base 2011*. Cuiabá, 2012. Disponível em: http://www.unemat.br/prpti/anuario/2011/anuario_estatistico_2011.pdf. Acesso em: 22 fev. 2015.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. *Cotas para negros em universidades públicas no Brasil: sentidos das políticas contemporâneas de ação afirmativa*. 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7264>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

ZART, Laudemir Luiz. *Produção social do conhecimento na experiência do curso de agronomia dos movimentos sociais do campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de movimentos sociais do campo*. 2012. 397 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/BasesDisponiveis>. Acesso em: 15 fev. 2015.